

Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)

Associative dynamics in 19th century Brazil: critical analyses of societies' registration at the State Council (1860-1889)

Ronaldo Pereira de Jesus *

Artigo recebido e aprovado em maio de 2007

Resumo:

Análise crítica dos registros de criação ou reformulação dos estatutos das associações beneficentes, comemorativas, religiosas, filantrópicas, étnicas, científicas, educacionais, literárias, dramáticas, desportivas e recreativas criadas na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX.

Palavras-Chave:

1. Movimento Associativo; 2. Solidariedades Horizontais; 3. Brasil Império; 4. Conselho de Estado.

Abstract:

The text looks critically at registers for creation or reformulation of the statutes of associations formed in the city of Rio de Janeiro during the second half of the 19th century. Documents analyzed are from associations such as: beneficent, religious, philanthropic, ethnic, scientific, educational or related to sports, theatre, celebrations and leisure.

Key words:

1. associative movements; 2. horizontal solidarities; 3. Brazil. Empire; 4. State Council.

* Universidade Federal de Ouro Preto. Este texto é resultado parcial do projeto **Solidariedades Horizontais no Império: o fenômeno associativo no Brasil monárquico escravista e a crise dos mecanismos de domínio senhorial (1860-1889)**, desenvolvido junto ao Núcleo de Pesquisa Impérios e Lugares no Brasil – ILB, do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Projeto que contou com recursos financeiros do Programa de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa do CNPq (2005/2006) e do Programa Infra-Estrutura para Jovens Doutores da FAPEMIG (2005/2006). Coordenadores: Ronaldo Pereira de Jesus (UFOP) e Cláudia M. R. Viscardi (UFJF); Bolsista de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq- UFOP: David P. Lacerda.

No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, toda vez que um grupo de pessoas desejasse fundar uma associação – científica, religiosa, cultural, recreativa, desportiva, profissional, de classe, ou beneficente –, para organizar, explicitar ou defender seus interesses materiais, ideológicos, políticos ou civis era obrigatório que pedissem autorização na delegacia mais próxima do local em que pretendessem se reunir. O chefe de polícia, o delegado e o subdelegado encarregados tomariam as providências para que o encontro ocorresse dentro da ordem estabelecida. Em seguida, os interessados promoveriam quantas reuniões fossem necessárias para elaborar os estatutos e fundar as associações, grêmios, clubes ou irmandades conforme o caso.

O material produzido nas sessões fundadoras, especialmente as atas e estatutos originais, deveria ser enviado à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, que procederia à análise das propostas de fundação de associações, via de regra sugerindo alterações de natureza legal. Depois de aprovado, o estatuto oficial poderia ser impresso pela Tipografia Nacional na forma de um pequeno livro. Algumas entidades ainda pagavam para que os estatutos fossem publicados nos principais jornais da cidade, como meio de incentivar a adesão à nova agremiação.

Indiscriminadamente, trabalhadores, escravos libertos, cientistas, imigrantes, literatos, comerciantes, empresários, religiosos, artistas, industriais, etc. deveriam submeter-se ao procedimento, caso pretendessem organizar-se coletivamente de acordo com as disposições normativas do decreto 2.711 e da lei 1.083, ambos de 1860. Tal processo orientava a criação e o funcionamento das chamadas “sociedades”, inclusive aquelas que foram criadas anteriormente à vigência da lei. Há registros de entidades fundadas ou que tiveram seus estatutos modificados até o ano de 1889, embora a lei 3.150 de 1882 colocasse fim ao procedimento iniciado em 1860.

Seguindo os procedimentos legais, muitas associações foram criadas a partir da segunda metade do século XIX, direcionadas para os objetivos mais diversos, agrupando desde integrantes da elite política mais alta do país, preocupada com os destinos da classe senhorial escravista, até simples ex-cativos reunidos em torno do ideal de libertação dos escravos pela compra de alforrias.

A massa documental gerada pelas disposições que tratavam das associações encontra-se atualmente no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), pertencendo ao Fundo Conselho de Estado, Seção dos Negócios do Império. A documentação do Conselho de Estado para o período de 1860 a 1889 soma um total de 85 caixas, entre as quais

encontramos, aleatoriamente, entre outros tipos de documentos, os registros das associações.¹

Embora a lei valesse para todo o território nacional, na prática a documentação do Arquivo Nacional dispõe apenas de registros relativos às associações fundadas na cidade do Rio de Janeiro. Partindo dos dados disponíveis nos cabeçalhos de apresentação dos processos encaminhados para apreciação do Conselho de Estado, definimos preliminarmente a seguinte tipologia de associações:

Quadro I

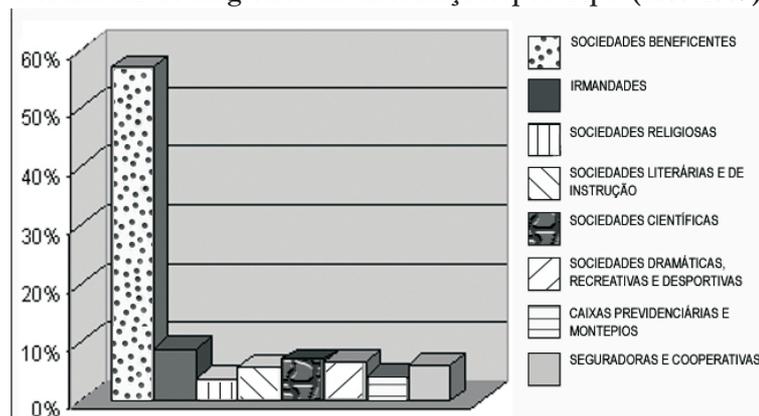
Tipologia de Associações (1860-1889)

- 1. Sociedades Beneficentes**
- 2. Irmandades**
- 3. Sociedades Religiosas**
- 4. Sociedades Literárias e de Instrução**
- 5. Sociedades Científicas**
- 6. Sociedades Dramática, Recreativas e Desportivas**
- 7. Caixas Previdenciárias e Montepios**
- 8. Seguradoras e Cooperativas**

As 85 caixas contêm 485 registros (grupos de documentos reunidos em um processo para avaliação do Conselho de Estado) relativos às chamadas “sociedades”, que estão distribuídos na seguinte proporção:

Gráfico I

Percentual de Registros de Associações por Tipo (1860-1889)



¹ Códices GIF1-1R-SDE, CODES – Diversos Códices – 1612-1954 – SDE-001 e SDE-002-A – Caixas Topográficas, 1562-1975

Notamos que os registros são constituídos, em sua maioria, de estatutos e atas de fundação de associações na Corte que solicitavam autorização para funcionamento dentro da lei. Uma parcela menor de documentos diz respeito a alterações nos estatutos, ou na natureza de associações previamente existentes. Subtraindo-se os processos de modificação nos estatutos de sociedades que estavam em funcionamento, encontramos 310 registros de associações criadas na cidade do Rio de Janeiro entre 1860 e 1889. Mesmo quando excluídos os registros repetidos relativos a alterações na natureza de entidades em funcionamento, o volume de registros de associações beneficentes – também chamadas de mutuais ou de socorros mútuos – permanece na casa dos 50%. Quando tomamos por base as informações apresentadas no cabeçalho dos processos enviados ao Conselho de Estado, assim como nas atas e nos estatutos levados para avaliação, obtivemos uma classificação mais apurada dos tipos específicos de associações beneficentes que estavam sendo criadas na corte no período. No quadro abaixo, para cada tipo de associação beneficente definido são apresentados exemplos de associações criadas entre 1860 e 1889 a título de ilustração.

Quadro II

Tipologia das Associações Beneficentes (1860-1889)

1. Sociedades Beneficentes – Mutuais (Gerais)

Sociedade Brasileira de Beneficência
Sociedade União Beneficente das Famílias Honestas
Associação Popular de Socorros Mútuos
Sociedade Beneficente União e Fraternidade
Sociedade de Socorros Mútuos Igualdade e Beneficência

2. Sociedades Beneficentes de Ofício (Categorias Profissionais)

Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas Liberais e Beneficente
Associação dos Compositores do Jornal do Commercio
Associação Dramática Beneficente dos Artistas Portugueses
Sociedade Beneficente dos Artistas de São Cristóvão
União Beneficente Protetora dos Cocheiros

Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)

Locus:
revista de história,
Juiz de Fora,
v. 13, n. 1,
p. 144-170, 2007

3. Sociedades Beneficentes de Classe (Vários Ofícios)

Sociedade União, Trabalho e Moralidade

Liga Operária

Corpo Coletivo União Operária

4. Sociedades Beneficentes de Libertos

Sociedade Nação Conga

Sociedade União Lotérica Cadeira de Ouro

Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor

Sociedade Libertadora da Escravidão

Companhia Garantia de Emancipação

5. Sociedades Beneficentes de Imigrantes e/ou Comemorativas

Sociedade Francesa de Socorros Mútuos

Sociedade Portuguesa de Beneficência

Sociedade Alemã de Beneficência

Sociedade Comemorativa da Independência do Império

Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita

6. Sociedades Beneficentes Regionais

Sociedade Beneficente Rio Grandense

Sociedade Beneficência Mineira

Associação Nacional da Província de Pernambuco

Associação Bahiana de Beneficência

Sociedade União Paraense

7. Sociedades Beneficentes Filantrópicas

Sociedade de Caridade das Senhoras da Corte

Sociedade Asilo dos Inválidos da Pátria

Sociedade Filantrópica dos Artistas

Imperial Associação Filantrópica Fluminense

Sociedade Beneficente Justiceira da Orfandade e Viuvez

8. Sociedades Beneficentes de Empresários e Comerciantes

Sociedade Industrial de Beneficência

Sociedade Enterpe Comercial

Sociedade Beneficente e Protetora dos Refinadores de Açúcar

Companhia Mútua União dos Lavradores

Sociedade União dos Fabricantes de Bebidas Alcoólicas

A riqueza e o volume da documentação relativa especificamente às sociedades beneficentes induz necessariamente ao debate historiográfico em torno do mutualismo no Brasil. Nesse sentido, vale ressaltar que o tema tem como referência decisiva o trabalho pioneiro de Tânia Regina de Luca², no qual se evidencia de modo contundente a fragilidade da tese segundo a qual as sociedades de socorros mútuos representavam uma fase inicial e curta do movimento operário, sucedida pelo aparecimento dos sindicatos. Pelo contrário, de acordo com o estudo que faz das cidades de São Paulo e Santos, o mutualismo teria crescido entre os trabalhadores urbanos desde o final do século XIX até meados da década de 1920, período em que São Paulo se industrializava rapidamente, como resposta à ausência de mecanismos institucionais que regulassem a relação capital-trabalho, atuando ao lado dos sindicatos.

Outro trabalho importante pelo pioneirismo é *Baile de máscaras* (1996) de Beatriz Kushnir³, que analisa as associações de ajuda mútua em que se reuniam prostitutas e cafetinas judias no Rio de Janeiro, observando os mecanismos de sociabilidade e solidariedade desenvolvidos pelas “polacas”, assim como as “visões do grupo sobre si” enquanto segmento marginal dentro da comunidade judaica e da sociedade como um todo, em luta constante pelo direito de exercer suas convicções religiosas, dimensionando suas associações como referência na construção de uma “vida digna” e na separação entre o tempo de trabalho e de lazer. As trajetórias das histórias de vida e das associações revelam para a autora a teatralidade da vida de modo geral e, particularmente, aquela exercitada por esse grupo de mulheres em ações coletivas, cujo objetivo maior era construir e manter uma identidade positiva fundada na especificidade de serem judias.

² LUCA, Tânia R. de. *O sonho do futuro assegurado*. O mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

³ KUSCHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Por sua vez, a pesquisa feita por Cláudio Batalha acerca do movimento operário e do fenômeno associativo no Rio de Janeiro aparece como outra referência decisiva para a investigação da história do mutualismo no Brasil. Primeiramente, no volume especial do periódico *Cadernos do AEL* (1999), dedicado ao estudo das sociedades operárias, Batalha ressalta a necessidade de se romper com a visão tradicional que separa a ocorrência das associações mutualistas e sindicais em etapas distintas que se sucederam, contestando a idéia de que as associações de resistência teriam substituído as mutuais.⁴ O autor sugere que as ações de ambos os tipos de associação de trabalhadores se confundiram durante um período. Ou seja, as mutuais incorporavam ações de resistência e os sindicatos promoviam ações assistencialistas. Há também em sua análise atenção aos elos de continuidade entre as mutuais e as corporações de ofício, supondo que a proibição das corporações (1824) teria levado à proliferação das mutuais, que abrigariam, a partir de então, a tarefa de transmissão de conhecimentos relativos aos ofícios. Para além disso, as mutuais incorporariam também ações de resistência, o que de certa forma anteciparia funções próprias das associações sindicais. De tal modo, Batalha conclui que as mutuais teriam sido os únicos mecanismos legalmente possíveis de agregação dos trabalhadores entre o final do século XIX e início do XX, sem o qual dificilmente o movimento sindical teria se desenvolvido.

Mais recentemente, Cláudio Batalha volta-se para a análise da cultura própria dos diferentes tipos de associações de trabalhadores. Partindo da distinção básica entre “cultura militante”, “cultura associativa” e “cultura de classe”⁵, ele destaca que a década de 1920 teria sido palco do advento de uma cultura operária, em grande parte fruto do desdobramento da cultura militante anarquista, paradoxalmente no momento em que o movimento operário encontrava-se em refluxo, impedindo assim o advento de uma cultura de classe consolidada entre os trabalhadores. Além disso, esse estudo realça os rituais e celebrações dos trabalhadores, principalmente em torno das comemorações do Primeiro de Maio que, nas décadas anteriores a 1890, permaneciam a cargo das sociedades mutualistas.

Vale a pena chamar a atenção para o espaço que Sidney Chalhoub reservou, em seu *Machado de Assis: historiador*, à análise das sociedades

⁴ CADERNOS AEL. *Sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH, vol. 6, n. 10/11, 1999.

⁵ BATALHA, Cláudio H. M. et alii (orgs.) *Culturas de Classe*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

que agregavam ex-escravos e “homens de cor” no Rio de Janeiro imperial.⁶ A partir deste texto, tendo como base a documentação do Conselho de Estado, pode-se vislumbrar o fenômeno associativo entendido como resultado das práticas de “solidariedades horizontais”, analisadas historicamente como experiência de ação cotidiana e cultural, sustentadas originalmente por homens e mulheres, no contexto econômico, social, político e ideológico da sociedade monárquica escravista, em um período histórico específico, caracterizado como de crise da hegemonia política e cultural dos mecanismos de dominação da ideologia senhorial (pós-1871).

Entre os estudos que se dedicam ao fenômeno do mutualismo no Brasil, considerando o período que vai do final do século XIX ao início do século XX, o trabalho de Adhemar Lourenço da Silva Jr. merece destaque pela abrangência, embora sua análise dimensione prioritariamente a realidade do Rio Grande do Sul.⁷ Nos primeiros apontamentos de pesquisa, Silva Jr. analisa a relação das associações mutuais com as elites econômicas, os potentados locais e o Estado, identificando o movimento de troca de benefícios e proteção por apoio político. Mais adiante, ele prioriza a abordagem da regulamentação das associações de socorro mútuo pelo Estado brasileiro, desde as primeiras incursões do Império até as mudanças formais introduzidas pelo advento da República, com destaque para a ação do Estado rumo à criação de um mercado previdenciário nacional, que levaria ao esvaziamento das mutuais nas décadas de 1930 e 1940.

O trabalho mais recente de Adhemar Lourenço da Silva Jr. revela-se, certamente, o estudo mais consistente até agora realizado sobre o mutualismo no Brasil.⁸ Mais que isso, o trabalho serve como referência fundamental para se acompanhar o debate em torno do tema fora do Brasil (Inglaterra, França, Espanha, Itália, principalmente). O objetivo da pesquisa consistiu em verificar se as

⁶ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁷ SILVA Jr., Adhemar L. da. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854-1889). *Lócus: Revista de História*, Juiz de Fora: EdUFJF, 1999, volume 5, número 2; SILVA Jr. Adhemar L. da. *Estado e mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1940)* In: CD-ROM das Jornadas de História Regional Comparada, Porto Alegre: 2000.

⁸ SILVA Jr. Adhemar L. da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas*. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC, Porto Alegre: 2005.

formas de organização das mutuais – voltadas para a implementação de estratégias privadas – poderiam favorecer a implementação de estratégias públicas. Muito embora a pesquisa realizada tenha sido muito ampla, o autor afirma não ter conseguido responder a esta questão.

Atualmente, o estudo do fenômeno associativo no Brasil, e especialmente do mutualismo, tem se disseminado com relativa intensidade. As pesquisas aprofundam o debate sobre a relação entre as corporações de ofício do século XIX, as irmandades, as associações de auxílio mútuo e beneficentes e o moderno movimento operário, no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Entre os estudos em curso, as diferenças são mais de abordagem teórico-conceitual do que propriamente empíricas. Trabalhos como o de Cláudia Viscardi⁹ demonstram, por exemplo, a preocupação em ressaltar que a experiência mutualista resultou de escolhas estratégicas de diferentes atores sociais, na busca dos mais diversificados interesses de ascensão social – ou prevenção contra o descenso – que não excluía, por sua vez, a utilização de estratégias complementares e coetâneas, tais como a militância sindical ou a prática e/ou o usufruto da filantropia. Há grande adesão ao enfoque teórico oferecido por E. P. Thompson, aliado à introdução de preocupações oriundas da Antropologia. A noção de reciprocidade, nas suas diferentes variações, tem sido útil na abordagem das relações de troca que motivam associados e líderes a se envolverem nas organizações mutuais. A percepção das associações como espaços de manifestação de solidariedades horizontais, em contraposição à ideologia que preconizava relações verticalizadas, entre o século XIX e o século XX, constitui uma alternativa importante introduzida na abordagem do fenômeno associativo.

Nesse contexto, o panorama historiográfico propõe dois desafios para o estudo das associações beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas erigidas no Brasil entre os finais do século XIX e início do século XX. Em primeiro lugar, a premência de se observar as associações independentemente da atração que

⁹ Viscardi, Cláudia M. R. Mutualismo e filantropia. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: EDUFJF, volume 18, 2004, p. 99-113; VISCARDI, Cláudia M. R. Mutualismo e Filantropia. Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-MG, UFJF, Juiz de Fora, 2004; VISCARDI, Cláudia M. R. As Experiências Mutualistas de Minas Gerais: Um Ensaio Interpretativo. In: ALMEIDA, Carla M. e OLIVEIRA, Mônica R. de. (orgs.) *Anais do I Colóquio Laboratório de História Econômica e Social (LAHES)*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2005; VISCARDI, Cláudia M. R. Os Vadios Desamparados e suas Elites Beneméritas. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

sobre este tema exerce a questão da formação da classe trabalhadora e do movimento operário e sindical. Quer dizer, a necessidade de se partir de referências teórico-metodológicas e históricas próprias, específicas para o estudo do mutualismo em um plano mais abrangente que meramente a história do sindicalismo, por exemplo. A questão da cidadania, dos movimentos sociais, na cidade e no campo, e as solidariedades horizontais se afiguram como temáticas correlacionadas de importância evidente. E, em segundo lugar, conseqüentemente, a urgência de se traçar o esboço de uma periodização mais detalhada para o fenômeno associativo, para além dos contornos atualmente conhecidos e considerando as especificidades regionais.

Dentro dessa perspectiva de ampliação do debate historiográfico, com base nos registros encontrados na documentação do Conselho de Estado, podemos repensar uma questão importante levantada já em 1990 por Tânia Regina de Luca, qual seja, que as sociedades de mútuo socorro, atuando ao lado dos sindicatos, funcionavam como “forma de resistência a um padrão de exploração que condenava a classe trabalhadora a viver de maneira sub-humana”. Ou ainda, que foi o desenvolvimento do capitalismo e a conseqüente instalação de uma nova “questão social” que “ensejou o florescimento das sociedades de socorros mútuos”.¹⁰

Embora pareça razoável sustentar a hipótese que relaciona o mutualismo ao desenvolvimento do capitalismo, sobretudo quando se trata da cidade de São Paulo na virada do século XIX para o século XX, a pesquisa que realizamos, procedendo ao levantamento preliminar sistemático da documentação relativa às sociedades beneficentes da cidade do Rio de Janeiro, amplia em muito os horizontes da investigação do mutualismo, apontando a necessidade de se buscar hipóteses mais complexas, para além da simples relação entre o fenômeno associativo e desenvolvimento econômico.

Quando observamos os 177 registros de associações beneficentes em funcionamento na cidade do Rio de Janeiro entre 1860 e 1887, podemos inferir o padrão de crescimento do mutualismo nas três décadas em questão (Gráfico II). Além disso, definimos a percentagem de cada tipo de associação dentro do quadro geral das Sociedades Beneficentes, a partir do somatório das associações de cada categoria dentro do número acima (Gráfico III), excluído registros repetidos em ambos os procedimentos. De tal modo:

¹⁰ Luca, Tânia R. de. *O sonho do futuro assegurado; o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990. p.172.

Gráfico II

Percentual de Associações Beneficentes Criadas por Década (1860-1887)

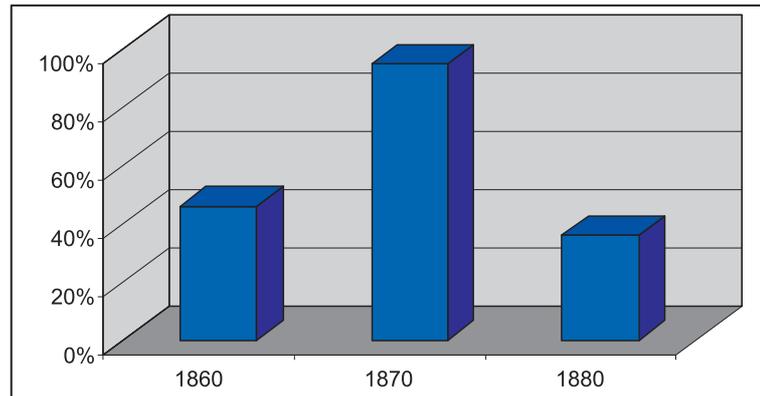
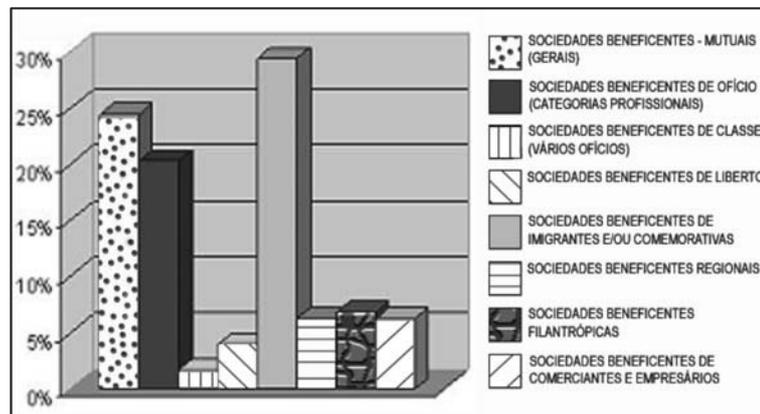


Gráfico III

Percentual de Associações Beneficentes Criadas por Década Divididas por Tipo (1860-1887)



Mesmo que superficialmente, os gráficos permitem inferir algumas conclusões. Em primeiro lugar, parece razoável supor que o advento da lei de 1860 tivesse não somente estimulado a criação de novas sociedades, mas também incitado à organização do mundo do trabalho, principalmente diante do aumento de quase 50% no número de associações fundadas na década de 1870. Em segundo lugar, quando comparadas as percentagens das associações de ofício e das sociedades de imigrantes/comemorativas, identificadas respectivamente pelas cores

cinza escuro e cinza claro, indicam um mercado de trabalho em constante disputa entre nacionais e estrangeiros, no momento da transição para formas assalariadas de produção, acirrada, sobretudo, pela intensificação da política de imigração, como pode ser visto nos cerca de 25% de associações de imigrantes.

A documentação do Conselho de Estado permite enfatizar que vários grupamentos da sociedade monárquica escravista, em seu segmento urbano, tais como trabalhadores livres, operários, empresários, industriais, comerciantes, escravos libertos e artistas, organizaram e fundaram associações, grêmios ou clubes entre 1860 e 1887, em número significativo, muito além do que comumente se supunha. Entre estes, as sociedades beneficentes, numericamente majoritárias, segundo pudemos observar, apresentavam uma composição complexa e diversificada, evidenciando arranjos por etnia, categorias profissionais, locais de trabalho ou mesmo regionalmente.

Como conclusão, podemos afirmar que Rio de Janeiro e São Paulo foram os pólos mais importantes onde o fenômeno do mutualismo se disseminou de modo mais intenso entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX. Em ambos os casos, o mutualismo deve ser entendido como pertencente ao conjunto das experiências que se manifestaram concretamente em práticas de solidariedades horizontais, aglutinando homens e mulheres (em geral pobres e trabalhadores) e gerando uma cultura emergente, diante das transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas que marcaram o período. Para além do peso do fenômeno mutualista nos dois centros, fica evidente o “caráter precoce”, em termos comparativos, do surgimento das mutuais na cidade do Rio de Janeiro, já na primeira metade do século XIX.

Portanto, se soa razoável pensar que em São Paulo o mutualismo nasceu e cresceu sob a égide das condições “sub-humanas” em que o desenvolvimento do capitalismo colocava os trabalhadores no início do século XX, como afirma Tânia Regina de Luca, tal assertiva parece pouco plausível se aplicada à cidade do Rio de Janeiro. Talvez a hipótese mais razoável, tendo em vista o estado atual das pesquisas, seja considerar que o mutualismo no Rio de Janeiro nasceu, ou pelo menos ganhou força, com a crise dos mecanismos políticos e culturais de dominação da classe senhorial escravista, a partir de 1860, como sugere o raciocínio de Sidney Chalhoub. Certamente, a pesquisa aprofundada dos registros de sociedades agrupados na documentação do Conselho de Estado, que preliminarmente procuramos sistematizar, permitirá avançar sobre estas e outras questões importantes, inclusive para além do mutualismo,

tais como as irmandades, a cultura recreativa e o pensamento científico e literário no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. Tal certeza se evidencia simplesmente na observação dos registros que encontramos e que em seguida relacionamos como resultado final da pesquisa de levantamento feita no Arquivo Nacional.

Quadro III

Tipologia Geral e Relação dos Registros de Associações na Documentação do Conselho de Estado (1860-1887)

1. SOCIEDADES BENEFICENTES - MUTUAIS (GERAIS)

1861	Sociedade Brasileira de Beneficência
1861	Sociedade Beneficente Bons Amigos União do Bonfim
1862	Sociedade Perfeita Amizade
1864	Sociedade União Beneficente das Famílias Honestas
1864	Sociedade Brasileira de Beneficência
1864	Sociedade Brasileira Perfeita Amizade
1867	Sociedade de Beneficência Acadêmica
1867	Sociedade Beneficência Acadêmica
1868	Sociedade de Beneficência Brasileira na cidade de Lisboa
1868	Sociedade Conciliação
1868	Associação Popular de Socorros Mútuos
1868	Sociedade Proteção
1871	Sociedade Beneficente Bons Amigos União do Bonfim
1871	Sociedade Beneficente 31 de Outubro - Amor ao Trabalho
1872	Sociedade Brasileira de Beneficência
1872	Sociedade Brasileira de Beneficência
1873	Sociedade Beneficente União e Fraternidade
1873	Sociedade Beneficente Amparo da Virtude
1873	Sociedade de Beneficência Perfeita Amizade
1873	Sociedade de Beneficência e Socorros Mútuos Redenção
1873	Sociedade Beneficente União e Fraternidade
1873	Sociedade União Beneficente das Famílias Honestas
1873	Sociedade Beneficente União Familiar Perfeita Amizade
1873	Sociedade de Beneficência Santa Sé
1873	Sociedade União Beneficente Acadêmica
1873	Sociedade de Beneficência Perfeita Amizade
1873	Sociedade de Beneficência e Socorros Mútuos Comércio
1873	Sociedade Beneficente Amparo da Virtude
1873	Sociedade de Beneficência e Socorros Mútuos A Redenção

1874	Sociedade União Familiar Perfeita Amizade
1874	Sociedade de Socorros Mútuos Igualdade e Beneficência
1874	Associação de Socorros Previdência
1874	Sociedade de Socorros Mútuos Igualdade e Beneficência
1874	Sociedade de Beneficência Império das Famílias
1874	Sociedade Amigos Reunidos
1874	União Beneficente das Famílias Honestas
1874	Sociedade Beneficente União e Fraternidade
1874	Sociedade Beneficente União e Fraternidade
1874	Sociedade de Beneficência Amparo das Famílias
1874	União Beneficente das Famílias Honestas
1874	Sociedade Amigos Reunidos
1874	Sociedade Beneficente Amparo das Famílias
1874	Sociedade União Familiar Perfeita Amizade
1875	Sociedade Beneficente União e Fraternidade
1875	Sociedade Beneficente União e Fraternidade
1875	Sociedade de Socorros Mútuos Igualdade e Beneficência
1875	Sociedade Protetora do Bem
1875	Sociedade Beneficente União Familiar Perfeita Amizade
1875	Sociedade de Socorros Mútuos Igualdade e Beneficência
1875	Sociedade União
1875	Sociedade de Beneficência União Familiar Perfeita Amizade
1875	Associação Auxiliadora dos Sorteados
1875	Sociedade Promotora do Bem
1876	Sociedade União e Beneficência
1876	Sociedade União Beneficente das Famílias Honestas
1876	Sociedade União e Beneficência
1876	Sociedade União Beneficente das Famílias Honestas
1876	Sociedade União e Beneficência
1876	Sociedade União e Beneficência
1877	Sociedade de Beneficência Segredo
1877	Sociedade Brasileira de Beneficência
1877	Sociedade Beneficente 31 de Outubro - Amor ao Trabalho
1877	Sociedade Instrução e Beneficência
1877	Associação Mutualidade
1877	Associação Rio de Janeiro
1878	Sociedade de Beneficência Perfeita Amizade
1879	Sociedade de Beneficência União e Fraternidade
1879	Sociedade de Beneficência União e Fraternidade
1880	Sociedade Brasileira de Beneficência
1880	Sociedade União e Beneficência

Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)

Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007

1880	Sociedade Beneficente Filhos da Luz
1880	Sociedade Concórdia Fluminense
1880	Sociedade Beneficente Perfeita Amizade
1881	Sociedade Providência
1881	Associação Providência

2. SOCIEDADES BENEFICENTES DE OFÍCIO - CATEGORIAS PROFISSIONAIS

1861	Sociedade dos Seculares Empregados de Igreja
1861	Sociedade União Beneficente dos Guardas Nacionais
1861	Sociedade Beneficente dos Artistas da Construção Naval
1861	Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas Liberais e Beneficente
1861	Caixa Auxiliadora das Corporações das Composições Dramáticas e Musicais
1861	Sociedade Musical de Beneficência
1862	Sociedade Beneficente da Guarda Nacional da Corte
1862	Sociedade de Socorros Mútuos do Comércio
1862	Sociedade Beneficente Protetora dos Guardas Nacionais
1864	Sociedade União Beneficente Comércio e Artes
1867	Sociedade Musical de Beneficência
1868	Associação dos Compositores do Jornal do Comercio
1871	Associação Dramática Beneficente dos Artistas Portugueses
1871	Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas Sapateiros e Profissões Correlativas
1873	Sociedade de Beneficência dos Artistas da Construção Naval
1873	Sociedade Filantrópica dos Artistas
1873	Sociedade de Beneficência dos Artistas da Construção Naval
1873	Associação Cooperadora dos Empregados da Tipografia Nacional
1873	Sociedade Beneficente dos Maquinistas
1873	Sociedade de Beneficência dos Artistas da Construção Naval
1874	Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Liberais e Beneficentes

1874	Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabeleireiros
1874	Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabeleireiros
1874	Sociedade Auxiliadora dos Artistas Mecânicos Liberais e Beneficente
1874	Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais Beneficente
1874	Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas Liberais e Beneficente
1875	Associação Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses
1875	Associação Forense de Beneficência
1875	Sociedade Beneficente dos Marceneiros, Carpinteiros e Artes Correlativas no Rio de Janeiro
1875	Sociedade Beneficente dos Artistas de São Cristóvão
1875	Sociedade União Beneficente Comércio e Artes
1875	Sociedade Beneficente dos Artistas de São Cristóvão
1875	Sociedade Beneficente dos Marceneiros, Carpinteiros e Artes Correlativas no Rio de Janeiro
1875	Sociedade União Beneficente Comércio e Artes
1876	Associação Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses
1876	Sociedade dos Artistas Alfaiates
1876	Associação dos Guarda Livros
1876	Associação dos Guarda-Livros
1876	Sociedade União Beneficente Comercio e Artes
1876	Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais e Beneficente
1876	Sociedade dos Artistas Alfaiates
1876	Associação Dramática e Beneficente dos Artistas Portugueses
1876	Sociedade União Beneficente Comércio e Artes
1876	Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas Liberais e Beneficente
1877	Sociedade de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas e Profissões Correlativas
1877	Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais e Beneficente
1877	Club Beneficente dos Guarda Livros
1877	Sociedade Protetora dos Barbeiros e Cabeleireiros
1877	Sociedade Protetora das Artistas Dramáticos
1878	Associação de Beneficência Socorros Mútuos dos Despachantes da Alfândega do Rio de Janeiro

Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)

Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007

1879	Sociedade de Beneficência dos Artistas da Construção Naval
1879	Imperial Associação Tipográfica Fluminense
1880	Sociedade União Beneficente Comércio e Artes
1880	Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro
1880	Sociedade Beneficente dos Empregados da Gazeta de Notícias
1880	Sociedade Beneficente de Socorros Mútuos dos Empregados das Capatazias da Alfândega de Corte
1880	Sociedades de Socorros Mútuos e Montepio dos Maquinistas
1880	Sociedade Beneficente dos Marceneiros, Carpinteiros e Artes Correlativas
1881	Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro
1882	Sociedade Beneficente dos Empregados no Fumo
1882	União Beneficente Protetora dos Cocheiros
1882	Casa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro
1882	Imperial Sociedade Musical de Socorros Mútuos Recreio de Botafogo
1882	Sociedade Beneficente dos Artistas de São Cristóvão

3. SOCIEDADES BENEFICENTES DE CLASSE – VÁRIOS OFÍCIOS

1862	Sociedade União, Trabalho e Moralidade
1872	Liga Operária
1882	Corpo Coletivo União Operária

4. SOCIEDADES BENEFICENTES DE LIBERTOS – EX-ESCRAVOS

1862	Sociedade Nação Conga
1871	Sociedade União Lotérica Cadeira de Ouro
1873	Sociedade Lotérica Caldeira de Ferro
1873	Sociedade Beneficente Caldeira de Ferro Lotérica
1874	Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor
1874	Sociedade de Beneficência da Nação Conga Amiga da Consciência
1874	Sociedade de Beneficência da Nação Conga Amiga da Consciência

1874	Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor
1877	Sociedade Libertadora da Escravidão
1877	Companhia Garantia de Emancipação

5. SOCIEDADES BENEFICENTES DE EMPRESÁRIOS E COMERCIANTES

1865	Sociedade Industrial de Beneficência
1873	Associação Industrial de Beneficência
1873	Sociedade Beneficente Comércio
1874	Sociedade Enterpe Comercial
1874	Sociedade Enterpe Comercial
1874	Sociedade Beneficente Comércio
1874	Associação Industrial de Beneficência
1874	Sociedade Beneficente Comércio
1875	Sociedade Beneficente Protetora dos Refinadores de Açúcar
1875	Sociedade Beneficente e Protetora dos Refinadores de Açúcar
1875	Companhia Mútua União dos Lavradores
1876	Associação Beneficente Comercial
1876	Associação Beneficente Comercial
1877	Associação Industrial de Beneficência
1877	Montepio Agrícola
1880	Associação Industrial
1880	Sociedade União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados
1880	Associação Industrial de Beneficência
1881	Sociedade de Socorros Mútuos União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados
1889	Sociedade União dos Fabricantes de Bebidas Alcoólicas

6. SOCIEDADES BENEFICENTES DE IMIGRANTES E/OU COMEMORATIVAS

1860	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1861	Sociedade Alemã Germânia
1861	Sociedade Belga de Beneficência
1861	Sociedade Portuguesa de Beneficência
1862	Sociedade Alemã de Beneficência
1862	Sociedade Glória do Lavrado
1862	Sociedade Italiana de Beneficência
1862	Associação Nacional Vinte e Quatro de Setembro

Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)

Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007

1862	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1862	Sociedade Primeiro de Dezembro
1862	Sociedade Beneficente Estrangeira
1862	Sociedade Suíça de Beneficência
1862	Real Sociedade Amante da Monarquia e Beneficente
1866	Sociedade de Beneficência Britânica
1866	Caixa de Socorros de Dom Pedro 5º
1867	Sociedade Francesa Socorros Mútuos
1867	Sociedade Portuguesa Amor à Monarquia
1867	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1867	Sociedade Portuguesa Amor à Monarquia
1867	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1867	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1868	Sociedade Italiana de Socorros Mútuos
1871	Sociedade Alemã Germânica
1871	Sociedade União Francesa Primeiro de Julho
1871	Sociedade Alemã Germânia
1871	Associação Portuguesa Memória de Dom Pedro 5º
1871	Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros de Dom Pedro 5º
1871	Sociedade Francesa de Beneficência
1872	Sociedade Francesa de Beneficência
1872	Sociedade União Israelita do Brasil
1872	Associação Dramática Beneficente Dom Luiz 1º
1872	Sociedade União Beneficente 29 de Julho
1872	Sociedade Espanhola de Beneficência
1872	Sociedade União Beneficente 29 de Julho
1872	Sociedade Espanhola de Beneficência
1872	Sociedade Beneficente Dezoito de Julho
1873	Sociedade Alemã de Auxílio Mútuo Concórdia
1873	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1873	Sociedade Francesa de Beneficência
1873	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1874	Sociedade Portuguesa de Beneficência Memória de Dom Pedro 5º
1874	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Dom Pedro 5º
1874	Associação Dramática Beneficente Recreio Dom Luiz 1º
1874	Sociedade Comemorativa da Independência do Império
1874	Sociedade Beneficência Paulista José Bonifácio
1874	Sociedade Beneficente Paulista José Bonifácio
1874	Associação Dramática Beneficente Recreio Dom Luiz 1º
1874	Sociedade Comemorativa da Independência do Império

1874	Sociedade Portuguesa de Beneficência Memória de Pedro 5º
1875	Sociedade Circle Suisse
1875	Sociedade Circle Suisse
1876	Sociedade Portuguesa de Beneficência Memória de Dom Pedro 5º
1876	Sociedade Beneficente Caixa de Socorros Mútuos Pedro II
1876	Sociedade União Beneficente Dom Pedro II
1876	Sociedade Beneficente Caixa de Socorros Mútuos Pedro II
1876	Sociedade União Beneficente Dom Pedro II
1876	Sociedade Portuguesa de Beneficência Memória de Dom Pedro 5º
1877	Sociedade Beneficente Caixa de Socorros Mútuos Pedro II
1877	Sociedade Portuguesa de Beneficência
1877	Sociedade Portuguesa de Beneficência
1877	Sociedade União Francesa Primeiro de Julho
1877	Sociedade Portuguesa de Beneficência
1878	Sociedade Beneficente dos Calabryos
1878	Sociedade Francesa de Socorros Mútuos
1879	Imperial Sociedade União Beneficente Vinte e Nove de Julho
1879	Associação Beneficente Conde D'Eu
1880	Sociedade Vinte e Oito de Setembro
1880	Associação Dramática e de Socorros Mútuos Dom Luiz 1º
1880	Sociedade Italiana de Beneficência
1881	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama
1881	Sociedade Beneficente Pedro Alvares Cabral
1881	Sociedade Fraternidade Açoriana
1881	Sociedade União Beneficente 29 de Julho
1882	Associação de Socorro Familiar Homenagem a Serpa Pinto
1882	Associação de Socorros Mútuos Dona Maria Pia
1882	Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita
1882	Sociedade Portuguesa de Beneficência
1882	Associação de Socorros Mútuos Memória do Marquês de Pombal
1882	Sociedade de Socorros Mútuos Luiz de Camões
1882	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luiz de Camões
1882	Sociedade de Socorros Mútuos Marquês de Pombal

Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)

Locus:
revista de história,
Juiz de Fora,
v. 13, n. 1,
p. 144-170, 2007

7. SOCIEDADES BENEFICENTES REGIONAIS

1862	Sociedade Ipiranga
1862	Sociedade Beneficente Rio Grandense
1871	Sociedade Beneficência Mineira
1873	Associação Nacional da Província de Pernambuco
1875	Sociedade Beneficente Cearense e Associação Forense de Beneficência
1875	Sociedade Beneficência Cearense
1877	Sociedade Beneficente Maranhense
1880	Associação Bahiana de Beneficência
1880	Sociedade Beneficência Mineira
1881	Sociedade União Paraense
1881	Associação Progresso Parahibunense
1882	Sociedade de Socorros Mútuos Príncipe do Grão-Pará

8. SOCIEDADES FILANTRÓPICAS

1861	Sociedade de Caridade das Senhoras da Corte
1861	Associação de São Vicente de Paulo
1867	Sociedade Asilo dos Inválidos da Pátria
1867	Sociedade Asilo de Inválidos da Pátria
1872	Associação ASilo da Velhice Desvalida
1874	Sociedade Filantrópica dos Artistas
1874	Sociedade de Beneficência Amparo das Famílias
1874	Associação Cosmopolita União e Caridade
1874	Sociedade Filantrópica dos Artistas
1875	Associação Asilo e Beneficência
1877	Associação de Socorros Mútuos Filantropia e Ordem
1877	Sociedade de São Vicente de Paulo
1880	Imperial Associação Filantrópica Fluminense
1880	Sociedade Beneficente Justiceira da Orfandade e Viuvez

9. SOCIEDADES RELIGIOSAS

1862	Associação da Propagação da Fé
1862	Comunidade Evangélica Alemã
1864	Seminário da Conceição da Diocese da Cuiabá
1867	Comunidade Evangélica Alemã
1867	Comunidade Evangélica Alemã
1873	Sociedade União Católica Alagoana
1873	Associação Católica Fluminense
1874	Associação Católica Fluminense
1876	Associação Sacramento da Capital do Império

1876	Associação Sacramento da Capital do Império
1878	Devoção de Nossa Senhora da Conceição e Dores de São Cristóvão
1878	Grupo Espírita Caridade
1879	Venerável Ordem 3ª da Penitência
1880	Sociedade Fluminense Sagrado Coração de Jesus Amparo das Meninas Desvalidas
1880	Associação de Servas do Senhor
1885	Imperial Devoção de Nossa Senhora da Piedade

10. IRMANDADES

1862	Compromisso de Irmandade São Manoel
1862	Compromisso de Irmandade de Nossa Senhora da Conceição
1862	Compromisso de Administração da Venerável Ordem 3ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo
1864	Compromisso de Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora do Coreto de Jacarepaguá
1864	Compromisso de Irmandade do Senhor do Bonfim
1865	Compromisso de Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Sant'Ana
1865	Compromisso de Irmandade Santíssimo Sacramento da Freguesia do Senhor Bom Jesus da Ilha de Paqueta
1865	Compromisso de Reforma de Irmandade Ordem Terceira do Patriarca São Domingos Gusmão
1865	Compromisso de Reforma de Irmandade do Príncipe dos Apóstolos São Pedro
1865	Compromisso de Irmandade do Divino Espírito Santo
1866	Compromisso de Irmandade Santíssimo Sacramento da Freguesia de São Cristóvão
1866	Compromisso de Irmandade dos Mártires Santos Crispim e Crispiano
1866	Compromisso de Irmandade de Santa Cruz dos Militares
1866	Compromisso de Irmandade Nossa Senhora da Glória do Outeiro
1866	Compromisso de Reforma de Irmandade do Príncipe dos Apóstolos São Pedro
1866	Compromisso de Irmandade Santo Antônio da Mouraria
1867	Compromisso de Irmandade Santíssimo Sacramento Santo Antônio dos Pobres e Nossa Senhora dos Prazeres
1867	Compromisso de Irmandade do Glorioso Patriarca São José
1869	Compromisso de Irmandade de São José dos Aflitos

Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)

Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007

1869	Compromisso de Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo
1871	Compromisso de Irmandade da Devoção de Nossa Senhora da Piedade - Igreja da Cruz dos Militares
1872	Compromisso de Irmandade do Glorioso Mártir São Manoel
1872	Compromisso de Irmandade Nossa Senhora da Batalha dos Oficiais da Guarda Nacional
1872	Compromisso de Reforma de Irmandade da Imperial Irmandade de Santa Cruz dos Militares
1872	Compromisso de Reforma Irmandade do Santíssimo Sacramento da Glória
1872	Compromisso de Irmandade São João Batista e Nossa Senhora do Altino
1873	Compromisso de Irmandade do Senhor Bom Jesus do Norte, Nossa Senhora da Aparecida e Santa Tereza
1877	Compromisso de Irmandade Santíssimo Sacramento da Freguesia Nossa Senhora Candelária
1877	Compromisso de Congregação dos Filhos da Irmandade Senhora das Dores
1877	Compromisso de Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e do Santíssimo Sacramento da Freguesia do Ângelo
1877	Compromisso de Irmandade Nossa Senhora da Soledade
1878	Irmandade do Glorioso Patriarca São José
1880	Compromisso de Irmandade do Santíssimo Sacramento da Glória
1881	Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária
1881	Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária
1881	Irmandade Nossa Senhora da Glória do Outeiro
1881	Irmandade Nossa Senhora da Batalha dos Oficiais da Guarda Nacional na Corte
1882	Compromisso Irmandade da Santa Cruz dos Militares
1885	Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Rosário
1885	Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária

11. SOCIEDADES DRAMÁTICAS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS

1861	Congresso das Irmandades Carnavalescas
1861	Sociedade Dramática Nacional
1862	Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives

1864	Ópera Lírica Nacional
1864	Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives
1865	Opera Lyrica Nacional e Italiana
1865	Instituto de Santa Cecília
1868	Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives
1869	Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives
1871	Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives
1872	Club Ginástico Português
1873	Associação Dramática Príncipe Real Dom Carlos
1873	Sociedade Novo Cassino Fluminense
1874	Sociedade Grêmio Musical
1874	Club Ginástico Português
1874	Sociedade Grêmio Musical
1874	Club Ginástico Português
1875	Club Ginástico Português
1876	Club Ginástico Português
1876	Club Ginástico Português
1877	Sociedade Dramática Riachuelense
1877	Associação Jockey Club
1877	Club Ginástico Português
1877	Club Tauromachico
1877	Grêmio Dramático Familiar São João Batista
1878	Grêmio Familiar São João Batista
1878	Club Dramático Musical do Engenho de Dentro
1878	Club de Regatas Guanabareense
1880	Associação do Teatro Guarani
1880	Sociedade Edificadora do Teatro São Cristóvão
1881	Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte
1882	Centro Alagoano

12. SOCIEDADES LITERÁRIAS E DE INSTRUÇÃO

1861	Grêmio Literário Português
1861	Gabinete Português de Literatura
1864	Instituto Literário Maranhense
1865	Sociedade Acadêmica Ateneu Central
1869	Liceu Literário Português
1871	Sociedade Alpha Literária
1871	Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida
1873	Liceu Literário Português
1873	Sociedade Crepúsculo Literário Português
1874	Associação Protetora da Instrução das Meninas

Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)

Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007

1874	Gabinete Português de Leitura
1874	Associação Promotora da Instrução
1874	Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Freguesia de São João Batista da Lagoa
1877	[Instrução dos filhos livres de escravos]
1877	[Instrução dos filhos livres de escravos - fazenda escola]
1877	Sociedade do Ateneu Pedagógico
1878	Liceu Literário Português
1878	Associação Educadora Brasileira
1879	Sociedade Literária Magdalenense
1880	[Instrução de filhos livres de escravos]
1882	Sociedade Literária Liceu Paratinense

13. SOCIEDADES CIENTÍFICAS

1861	Academia Pedagógica
1862	Sociedade Protetora do Magnetismo e do Jury Magnético
1862	Sociedade Médico Pharmaceutica
1862	Instituto Politécnico Brasileiro
1864	Ateneo Médico – Acadêmico
1864	Instituto dos Bacharéis em Letras
1865	Instituto Homeopathico do Brasil
1865	Sociedade Médico Pharmaceutica
1866	Sociedade de Ciências Médicas
1871	Sociedade Francesa de Gramática
1872	Club Politécnico
1872	Instituto Politécnico Brasileiro
1873	Club Politécnico
1874	Club Politécnico
1874	Congresso Gramático Português
1874	Congresso Gramático Português
1874	Club Gramático Português
1874	Club Gramático Português
1874	Club Politécnico
1875	Sociedade de Engenheiros
1875	Club Gramático Português
1875	Sociedade de Engenheiros
1877	Congresso Brasileiro
1878	Sociedade Médica do Rio de Janeiro
1878	Academia Brasileira de Ciências Físicas
1878	Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros
1879	Instituto Hahnemanniano Fluminense
1879	Sociedade Geográfica de Lisboa no Brasil

1879	Congresso Gramático Português
1880	Instituto Hahnemanniano
1880	Instituto dos Advogados Brasileiros
1881	Club de Engenharia

Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)

14. SEGURADORAS E COOPERATIVAS

1870	Companhia de Seguros Mútuos União Fluminense
1877	Companhia de Transportes de Mercadorias para o Interior
1877	Companhia A Atividade
1877	Companhia Construtora Mútua e Econômica
1877	Companhia Edificação Econômica
1877	Companhia Previdência e Economia
1877	Companhia Cooperativa de Consumo
1877	Companhia de Socorro Mútuo Contra Fogo
1877	Companhia de Serviço Doméstico
1877	Companhia de Consumo de Pães
1877	Companhia de Seguros Garantia
1877	Companhia Paraense
1877	Companhia Fluminense de Rapé e Tabaco
1877	Companhia Produtora de Cerveja Nacional
1877	Companhia União Mercantil
1877	Companhia Imperial
1877	Companhia Flora
1877	Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres - Phenix Pernambucana
1881	Companhia de Seguros Garantia e Proteção Mútua

15. CAIXAS PREVIDENCIÁRIAS E MONTEPIOS

1861	Caixa Municipal de Beneficência
1862	Associação Montepio dos Servidores do Estado
1862	Caixa Municipal de Beneficência
1865	Montepio dos Servidores do Estado
1865	Caixa de Beneficência
1867	Montepio dos Servidores do Estado
1867	Montepio Geral dos Servidores do Estado
1868	Montepio dos Servidores do Estado
1871	Montepio Geral dos Servidores do Estado
1871	Instituto Militar
1871	Montepio Geral dos Servidores do Estado
1871	Montepio Geral dos Servidores do Estado

Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007

1872	Montepio dos Artistas da Corte
1872	Montepio Geral dos Servidores do Estado
1873	Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado
1874	Montepio Geral
1874	Montepio Geral dos Servidores do Estado
1874	Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado
1874	Montepio dos Artistas
1874	Montepio dos Artistas
1874	Montepio Geral
1875	Montepio Geral dos Servidores do Estado
1875	Montepio Geral dos Servidores do Estado
1876	Montepio Geral
1876	Sociedade Montepio Artístico Familiar
1876	Montepio Geral
1876	Sociedade Montepio Artístico Familiar
1877	Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado
1878	Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado
1880	Sociedade Montepio Militar
1882	Montepio Geral
1883	Montepio Geral
1883	Montepio Geral
1883	Montepio Geral
1885	Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado
1886	Montepio Geral
1887	Instituto Geral de Economia dos Servidores do Estado

16. SEM CLASSIFICAÇÃO

1864	Biblioteca Fluminense
1877	Sociedade Campista de Agricultura
1877	Associação Predial da Cidade de Merrebes
1878	União Financeira 1º de Julho
1886	União Internacional